



PROPOSTAS DA
COALIZÃO BRASIL
**AOS CANDIDATOS
ÀS ELEIÇÕES
DE 2026**

Introdução

O Brasil chega às eleições de 2026 diante de uma escolha fundamental: como crescer, gerar renda, garantir segurança alimentar, hídrica e energética e ampliar a contribuição para o abastecimento global, ao mesmo tempo em que protege a população dos impactos crescentes da crise climática, da degradação do ambiente e da perda da biodiversidade. Em um cenário internacional marcado por incertezas políticas, disputas comerciais e conflitos que pressionam a segurança energética e alimentar, como as tensões envolvendo o Irã e o Oriente Médio, o país tem uma vantagem rara: reúne a maior floresta tropical do mundo, uma das agropecuárias mais relevantes do planeta e ampla capacidade de produzir soluções para uma economia de baixo carbono.

Essa vantagem, no entanto, precisa ser transformada em estratégia de desenvolvimento. A economia do uso da terra será decisiva para o futuro do país, pois dela dependem o preço dos alimentos, a geração de empregos, o acesso a mercados internacionais e a competitividade brasileira. Produzir mais, melhor e com segurança exige reconhecer que clima estável, água disponível, solos férteis, polinização e biomas conservados são ativos econômicos concretos – e não temas apartados da agenda produtiva. O fortalecimento da agenda social também é relevante para que a transição para uma economia de baixa emissão seja justa e reduza as desigualdades sociais.

O próximo ciclo político deve acelerar a implementação de agendas já amplamente consensuadas entre a vanguarda do setor agropecuario e o socioambiental. Entre elas estão o fim do desmatamento ilegal e dos crimes ambientais contra os biomas, a biodiversidade e os povos da floresta; a implementação célere, eficiente

e desburocratizada do Código Florestal; a integração de bases fundiárias; e a consolidação de instrumentos como mercados de carbono e pagamento por serviços ambientais (PSA), capazes de remunerar produtores rurais, comunidades tradicionais e demais atores que conservam e recuperam ecossistemas.

O Brasil já acumulou avanços importantes na construção dessa agenda. Ao longo do tempo, consolidou uma base normativa relevante, sistemas de monitoramento reconhecidos internacionalmente, experiências produtivas inovadoras, políticas de conservação e instrumentos econômicos que aproximam produção e proteção ambiental. O desafio agora é dar escala, coordenação e continuidade a essas frentes, transformando avanços em políticas de Estado, com estabilidade regulatória, segurança jurídica e capacidade de implementação.

Este esforço nacional deve dialogar com uma agenda global em transformação. A Presidência da COP 30 propôs mapas do caminho para orientar, de forma justa, ordenada e equitativa, a transição para longe dos combustíveis fósseis e o fim e a reversão do desmatamento e da degradação ambiental até 2030. A Conferência de Santa Marta, realizada em abril na Colômbia, reforçou esse movimento ao reunir países dispostos a avançar na implementação da transição energética, mesmo em um contexto global de incertezas. Para o Brasil, essa agenda representa uma oportunidade: liderar pelo exemplo, combinando transição energética, conservação dos biomas e valorização da natureza.

A agropecuária brasileira tem papel central nessa trajetória. O setor acumulou ganhos expressivos de produtividade, inovação tecnológica, presença internacional e capacidade

de produzir em larga escala. Manter e ampliar esse protagonismo exigirá reduzir riscos climáticos, combater a ilegalidade que prejudica quem produz corretamente, recuperar áreas degradadas e dar valor econômico à vegetação nativa e aos ecossistemas naturais – incluindo aquelas dentro de propriedades privadas. O país tem condições de expandir sua produção sem avançar sobre novos territórios, gerando renda, reduzindo desigualdades e fortalecendo sua presença nos mercados globais.

A **Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura** se coloca à disposição para contribuir com esse processo. Como movimento multissetorial, técnico, apartidário e abrangente, que reúne representantes do agronegócio, do setor financeiro, da academia e da sociedade civil, nossa rede tem experiência na construção de convergências entre diferentes visões e na formulação de propostas capazes de dar eficiência à implementação de políticas públicas. Essa capacidade de articulação é especialmente relevante em agendas que já contam com amplo consenso, mas ainda dependem de coordenação, simplificação de processos, integração de dados e foco em resultados.

Com esse espírito, a Coalizão propõe aos candidatos uma estratégia de desenvolvimento que integra produção e conservação, eficiência econômica e responsabilidade ambiental, segurança jurídica e combate à ilegalidade, gerando oportunidades para a população. O próximo ciclo político exigirá foco, capacidade de implementação e coordenação entre governos. Para isso, este documento organiza propostas em três frentes complementares: garantir as bases para crescer com segurança; produzir mais e melhor; e gerar valor com a natureza.

Eixo 1

Garantir as bases para crescer com segurança

1

ERRADICAR O DESMATAMENTO ILEGAL, ESTANCAR A PERDA DE VEGETAÇÃO NATIVA E FORTALECER O MANEJO INTEGRADO DO FOGO

Zerar o desmatamento ilegal, destestimar o desmatamento legal e combater queimadas até 2030 é uma medida estratégica para proteger a economia, a segurança no campo e a qualidade de vida da população. Esse objetivo exige atuação permanente do Estado, integração entre União e governos subnacionais e alinhamento operacional de órgãos ambientais, forças de segurança e inteligência. Para o fogo, ainda, é fundamental contar com o engajamento com proprietários rurais e comunidades locais para promover o manejo integrado eficaz e fortalecer a resiliência nos diferentes territórios, considerando as especificidades regionais, os ecossistemas e as comunidades.

Do ponto de vista econômico, eliminar o desmatamento ilegal e reduzir perdas causadas pelos incêndios significa proteger cadeias produtivas, preservar infraestrutura, reduzir prejuízos e garantir o acesso do Brasil a mercados cada vez mais exigentes. Trata-se de reduzir riscos jurídicos, evitar barreiras comerciais e ampliar a confiança de investidores nacionais e internacionais. Para isso, o país deve enfrentar de forma prioritária o crime organizado, que se infiltra em atividades econômicas lícitas e ilícitas, como garimpo ilegal, extração clandestina de madeira, desmatamento, tráfico de animais silvestres e invasões de terras públicas e privadas. Esse enfrentamento requer protocolos de resposta rápida, corte de fluxos financeiros, bloqueio do acesso ao mercado e retomada do controle territorial, de modo a asfixiar as atividades ilegais que ameaçam comunidades locais e comprometem a integridade dos territórios.

2

PROMOVER O ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E ACELERAR A IMPLEMENTAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL

O ordenamento territorial é condição estruturante para o desenvolvimento do país. Avançar no processo de destinação das florestas públicas e na regularização fundiária e implementar o Código Florestal são medidas decisivas para reduzir conflitos, ampliar a segurança jurídica e destravar investimentos no campo. Esse processo, aliado à demarcação de terras indígenas e amparado por um efetivo cadastro territorial rural, gera ganhos econômicos e produtivos, facilita acesso ao crédito e ao comércio e reforça a posição do Brasil como potência agrícola e florestal.

A consolidação desse processo passa pela validação dos Cadastros Ambientais Rurais (CARs) e pela execução dos Programas de Regularização Ambiental (PRA), assegurando a regularidade ambiental dos imóveis e transformando ativos ambientais em oportunidades econômicas. Nesse contexto, o engajamento multissetorial é fundamental para reforçar a integridade da lei e acelerar a regularização fundiária e ambiental, alinhando competitividade, legalidade e conservação.

Eixo 2

Produzir mais e melhor

3

INSTITUIR A RASTREABILIDADE SOCIOAMBIENTAL PARA AMPLIAR MERCADOS E VALORIZAR A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Em um cenário internacional cada vez mais rigoroso, marcado por exigências como o Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR), a rastreabilidade deixou de ser apenas uma agenda regulatória e passou a ser um diferencial competitivo para o país. Trata-se de uma pauta claramente econômica e estratégica, que reduz riscos comerciais e reputacionais, protege exportações, amplia acesso a mercados e posiciona o Brasil como fornecedor confiável e competitivo no cenário global.

A instituição da rastreabilidade socioambiental nas cadeias produtivas permite reconhecer, valorizar e diferenciar a produção responsável. Ao transformar atributos socioambientais em vantagem competitiva, o país fortalece sua inserção internacional e cria bases sólidas para um crescimento que combine integridade ambiental, inclusão produtiva e geração de renda.

Para que o monitoramento e a rastreabilidade socioambiental das cadeias produtivas sejam viáveis em escala, é necessário que o governo avance na infraestrutura pública digital, atuando pela integração e transparência de dados relacionados ao universo rural, como cadastros fundiários, fiscais, ambientais e sanitários.

4

AMPLIAR FINANCIAMENTO RURAL PARA ESTIMULAR A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Garantir acesso amplo, moderno e eficiente ao financiamento rural é uma agenda de alto impacto econômico e social. O seguro e o crédito rural, por exemplo, viabilizam o início da produção, dão previsibilidade ao produtor e protegem a renda no campo diante de eventos climáticos extremos e quebras de safra. Atualizar seus critérios para que dialoguem com os desafios de sustentabilidade e adaptação climática é uma medida que une produtividade, segurança e modernização do agro.

A criação e o aperfeiçoamento de instrumentos financeiros para o setor agropecuário devem estar condicionados à implementação do Código Florestal e ao estímulo de práticas produtivas sustentáveis compatíveis com a legalidade e com uma agenda moderna para o setor. Ao ampliar linhas de financiamento sustentáveis e inclusivas, é possível reconhecer produtores que cumprem a legislação ou que avançam na regularização ambiental e fundiária.

Eixo 2

Produzir mais e melhor

5

EXPANDIR BOAS PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS E REDUZIR VULNERABILIDADES PRODUTIVAS

O Brasil tem condições tecnológicas, de infraestrutura e capacidade produtiva para liderar a transição para uma agropecuária competitiva e de baixa emissão de carbono. A expansão de práticas já consolidadas, como plantio direto, uso de bioinsumos e integração lavoura-pecuária-floresta, fortalece a produtividade no campo, recupera a qualidade do solo, reduz emissões e amplia a capacidade de adaptação da produção aos impactos da crise climática.

Essa agenda também deve considerar a redução da dependência internacional de insumos estratégicos, especialmente fertilizantes, cuja volatilidade de preços tem sido agravada por conflitos, disputas comerciais e instabilidades geopolíticas. Como grande produtor de alimentos e consumidor relevante desses insumos, o Brasil precisa acelerar a implementação de estratégias que reduzam sua vulnerabilidade externa.

Ampliar instrumentos de financiamento e incentivo é estratégico para destravar investimentos e gerar novas oportunidades para produtores rurais. Fortalecer e difundir iniciativas como o Plano ABC+, Eco Invest Brasil e o Programa Caminhos Verdes e políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) contribui para direcionar recursos para inovação e práticas produtivas sustentáveis, especialmente entre pequenos produtores rurais e agricultores familiares. Com isso, o país fortalece economias locais, melhora a estabilidade da oferta de alimentos e amplia sua capacidade de produzir mais, com menor vulnerabilidade e menor emissão de carbono.

6

VALORIZAR AS CADEIAS NACIONAIS PARA A PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E OUTROS DERIVADOS DA BIOMASSA

A produção de biocombustíveis ocupa posição estratégica para o desenvolvimento nacional, ao articular segurança energética, dinamismo econômico e valorização da agropecuária. O setor responde por parcela relevante da demanda interna por milho, soja e cana-de-açúcar, ao mesmo tempo em que fortalece a soberania energética do país.

Nesse contexto, é fundamental que os biocombustíveis permaneçam no centro da estratégia nacional nas próximas gestões, com ampliação de investimentos em inovação, pesquisa e no desenvolvimento de novas rotas, como o biodiesel e os combustíveis sustentáveis de aviação (SAF), além da diversificação de matérias-primas, como a macaúba. Essa agenda estimula a indústria nacional e posiciona o país na liderança da transição energética.

Por outro lado, o país deve também investir em gerar derivados da biomassa que substituam derivados da indústria petroquímica como solventes, fertilizantes, polímeros, entre outros, ajudando assim a acelerar a transição para longe dos combustíveis fósseis.

Ao mesmo tempo, essa agenda pode ser um fator de estímulo à expansão produtiva para áreas degradadas, promovendo sua recuperação produtiva, através da geração de valor econômico dos biocombustíveis, o que por consequência tem potencial de reduzir a pressão sobre a vegetação nativa.

Eixo 3

Gerar valor com a natureza

7

APRIMORAR INSTRUMENTOS QUE GERAM VALOR ECONÔMICO À VEGETAÇÃO NATIVA

O Brasil reúne condições únicas para liderar a transição para uma economia de baixo carbono, ao utilizar de forma sustentável seus recursos naturais como base para geração de renda. Nesse contexto, instrumentos como mercados de carbono e pagamento por serviços ambientais são essenciais para reconhecer o valor econômico da vegetação nativa, remunerar quem conserva e recuperar ecossistemas para a segurança climática, hídrica e produtiva do país.

A consolidação desses mecanismos depende de segurança jurídica, critérios claros e capacidade de implementação. No caso do mercado de carbono, é fundamental assegurar que soluções baseadas na natureza sejam incorporadas de forma robusta, transparente e alinhada a padrões de alta qualidade. De forma complementar, a regulamentação e implementação do Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é decisiva para destravar fluxos de recursos públicos e privados e dar escala a uma política capaz de beneficiar diferentes territórios.

Esses instrumentos financeiros são fundamentais para viabilizar o financiamento climático em larga escala, conter o desmatamento e impulsionar atividades de conservação, restauração e recuperação de áreas degradadas. Além disso, promovem inclusão produtiva ao gerar renda para produtores, territórios indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas e a agricultura familiar, valorizando quem conserva e incentivando uma economia baseada no uso sustentável da natureza.

8

CONSOLIDAR UMA NOVA ECONOMIA FLORESTAL PARA O PAÍS

A economia florestal no Brasil deve ser compreendida como um eixo estratégico de desenvolvimento que articula produção, conservação e uso sustentável dos recursos naturais. Nesse contexto, a restauração da vegetação nativa é um de seus componentes, com potencial para dinamizar economias regionais ao estruturar cadeias produtivas como sementes, viveiros e sistemas agroflorestais.

De forma complementar, a ampliação do manejo florestal sustentável, de concessões florestais e o fortalecimento da silvicultura de espécies nativas são centrais para consolidar mercados, atender à demanda por produtos florestais e reduzir a pressão sobre ecossistemas naturais. Essa agenda produtiva, integrada à restauração e ancorada em segurança jurídica, capacidade institucional e regularização fundiária, cria as condições para atrair investimentos e ampliar a competitividade do setor florestal brasileiro.

A ampliação das concessões florestais, tanto para manejo florestal como para restauração de ecossistemas, deve ser escalada de forma decisiva, garantindo que essas áreas mantenham sua vegetação nativa, permanecendo sob domínio público e gerando cada vez mais produtos e serviços de forma sustentável para sociedade brasileira.

Nesse arranjo, a bioeconomia atua como elemento estruturante ao conectar biodiversidade, tecnologia e agregação de valor, ampliando o escopo da economia florestal para além da produção primária. Designar o financiamento adequado é fundamental para dar escala a cadeias baseadas na sociobiodiversidade, impulsionar bioindústrias e gerar oportunidades econômicas em territórios que conservam e produzem a partir da floresta.



SAIBA MAIS EM
[COALIZAOBR.COM.BR/ELEICOES2026](https://coalizaobr.com.br/eleicoes2026)